

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: TENDÊNCIAS E LACUNAS NAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS

Nayana Frizon¹

Hilano José Rocha de Carvalho²

Maria Zanin³

RESUMO

Inseridos no âmbito da Economia Solidária, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) têm sido criados no Brasil como oportunidade de desenvolvimento social, invertendo a lógica do atual capital financeiro e democratizando o acesso ao crédito para as populações empobrecidas. Por conta dessa função socialmente inovadora, os BCDs têm sido objetos de pesquisa no Brasil e no mundo. O objetivo desse trabalho foi identificar as tendências e lacunas nos estudos dos BCDs publicados pelas universidades brasileiras a partir de um estudo bibliométrico sobre a produção acadêmica (teses e dissertações). Observou-se que a região Nordeste apresenta o maior número de publicações sobre BCDs, seguido pela Região Sudeste. A região Norte não apresentou nenhum estudo, apesar do número expressivo de iniciativas solidárias existentes. O Banco Palmas (Fortaleza-CE) foi o mais frequente objeto de pesquisa. Das grandes áreas de conhecimento, as Ciências Sociais apresentaram o maior número de publicações. Os resultados também indicaram que programas e políticas de estímulos à criação de BCDs aceleraram os estudos na temática e que uma participação mais ampla de distintas áreas do conhecimento, como Engenharias e Saúde, poderia contribuir para o fortalecimento dos BCDs.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia Solidária; Publicação Acadêmica; Pós-graduação.

COMMUNITY DEVELOPMENT BANKS: TRENDS AND GAPS IN BRAZILIAN ACADEMIC JOURNALS

ABSTRACT

Within the scope of solidarity economy, the Community Development Banks (CDBs) have been created in Brazil as an opportunity of social development, inverting the logic of the current finance capital and democratizing the access to credit for the poorest populations. Because of this socially innovative function, CDBs have been research subjects in Brazil and worldwide. The aim of this study was to identify trends and gaps in studies of CDBs published by Brazilian universities based on a bibliometric study about the academic production (theses and dissertations). It was observed that the Brazilian Northeast region has the highest number of researches on CDBs, followed by the Southeast region. The North region did not any study, despite the large number of solidarity initiatives located there. The Banco Palmas (Fortaleza-CE) was the most frequent subject of research. About the great

¹ Engenheira física e mestra em ciência, tecnologia e sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). SP. E-mail: nayana@sp.senai.br.

² Mestre. Professor assistente da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutorando pelo Programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar. E-mail: hilanocarvalho@gmail.com.

³ Pós-doutorado. Professora da UFSCar desde 1979 e a partir de 1990 desenvolve atividades de pesquisa e formação quanto aos aspectos da cadeia produtiva da reciclagem de resíduos, tecnologias sociais e economia solidária. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos e do NUMI-EcoSol/UFSCar.. Email: mariazanin55@gmail.com.

areas of knowledge, the Applied Social Sciences area had the highest number of publications. The results also indicated that the programs and incentive policies to create CDBs accelerated studies about this subject and wider participation of different great areas of knowledge, such as Engineering and Health, could contribute to the strengthening of CDBs.

Keywords: Community Development Banks; Solidarity Economy; Academic publication; Graduation.

JEL: G20; G24.

1 INTRODUÇÃO

As comunidades brasileiras pobres que desejam ter acesso a produtos e serviços financeiros veem-se atualmente numa encruzilhada criada pela lógica capitalista de acesso excludente ao sistema financeiro-bancário. Para que consigam desenvolver-se sócio produtivamente e tornar seus empreendimentos viáveis economicamente, necessitam do acesso ao crédito. Porém, até ter acesso a condições de crédito minimamente favoráveis, precisam apresentar garantias de retorno financeiro que são incompatíveis com os seus níveis de renda. Para mitigar os efeitos de tal exclusão social e propiciar a inclusão financeira, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que são considerados empreendimentos de economia solidária, vêm sendo implantados no Brasil desde o final da década de 90. Constituídos por indivíduos da comunidade que, em sua maioria, não possuem conhecimento formal sobre gestão administrativa e finanças, os trabalhadores dos BCDs precisam desenvolver processos de decisão, visando superar todos os tipos de ameaças e, solidamente, atender aos anseios da própria comunidade da qual fazem parte.

Devido à forma de atuação, os bancos comunitários de desenvolvimento permitem que práticas de economias populares tenham acessibilidade a sistemas financeiros locais, evidenciando-se como promotores de desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária (SILVA JUNIOR, 2007), bem como fomentando relações de proximidade, confiança e de solidariedade por meio do aproveitamento das capacidades endógenas (FRANÇA FILHO, 2011). Ainda, a experiência dos bancos comunitários de desenvolvimento permite novos tipos de participação social, em que os indivíduos não se comportam como atores unicamente econômicos, mas tratam-se igualmente de cidadãos na esfera política (LAVILLE, 2002), contribuindo para sedimentar as bases de um modelo democrático

dialógico de desenvolvimento (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Sob outra perspectiva, as Universidades Brasileiras, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), desde meados da década de 90, têm assessorado a formação dos diferentes práticas ou tipos de empreendimentos de economia solidaria (CORTEGOSO et al., 2011). A divulgação de conhecimento socialmente relevante permite que sejam construídas ferramentas que garantam a participação social tanto na definição dos objetivos e instrumentos de política, quanto na disseminação dos resultados. A conversão do conhecimento exteriorizada pelas Universidades em termos de produção em economia solidária em teses e dissertações, conforme Oliveira e Zanin (2011), se manifestou a partir de 1998 com uma tese de doutoramento.

Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi identificar as tendências e lacunas nos estudos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento publicados pelas Universidades Brasileiras. Para tal, um estudo bibliométrico sobre a produção acadêmica (teses e dissertações) foi realizado. Como resultado, a distribuição das pesquisas e publicações acadêmicas sobre BCDs nas várias regiões do Brasil foi obtida e os temas mais frequentemente estudados em relação aos BCDs e as potencialidades de novos temas de pesquisa também foram identificados.

A apresentação deste trabalho foi organizada com um item sobre as estratégias empregadas para desenvolver a pesquisa, seguido por breves descrições sobre o contexto e princípios da Economia Solidária e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Finalmente, o resultado e a análise do levantamento das teses e dissertações com a temática "Bancos Comunitários" serão apresentados. A partir da identificação das tendências e lacunas, espera-se contribuir para a consolidação da metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento, evidenciando gargalos estratégicos e de planejamento, potencializando o intercâmbio dessas práticas e a força que possuem em prol de um real desenvolvimento socioeconômico e de uma ciência mais crítica e alinhada com os interesses e objetivos da sociedade que a recebe, assimila e que também a produz.

2 ESTRATÉGIAS EMPREGADAS PARA DESENVOLVER A PESQUISA

Para a coleta de dados, foi realizada uma busca por teses e dissertações nacionais que se relacionassem com a temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, de 2003 a 2014. Para isso, termos como “bancos comunitários”, “finanças solidárias”, “banco Palmas”, “redes solidárias” e “economia solidária” foram arranjados e combinados utilizando-se ferramentas de buscas de anterioridade. As buscas foram realizadas no período de dezembro/2013 a junho/2014. As bases de dados utilizadas foram o Portal Capes, Portal Scielo, bem como a própria página de buscas do Google.

Após coletados, os dados foram tabulados para quantificar as tendências (crescimento ou decréscimo) de publicações em dissertações e teses nas universidades brasileiras, a distribuição das mesmas nas regiões geográficas e os temas mais frequentemente estudados. Para tal, gráficos também foram produzidos para ilustrar melhor as evoluções, dos anos de 2003 a 2014, da conversão do conhecimento exteriorizada pelas Universidades em termos de sua produção em teses e dissertações na temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Singer (2002), cada vez mais, a Economia Solidária vem se difundindo no Brasil, permitindo a pessoas excluídas dos mecanismos formais de emprego e de renda (re)construírem-se a partir do trabalho produtivo cooperativo. A inclusão social pelo trabalho e, por conseguinte, a geração de renda para famílias à margem dos mercados consumidores garante a consolidação e o aprofundamento de políticas públicas e sociais de combate à fome e ao desemprego.

A existência da Economia Solidária, bem como de outros modos de desenvolvimento alternativos, decorre, em larga medida, do processo de exclusão social próprio ao modo de produção capitalista. Sobre isso, Marx (2011), ainda no século XIX, já tinha previsto, no século XIX, que a aplicação massiva da ciência e da técnica no desenvolvimento das forças produtivas, levaria à redução da força de trabalho, substituindo-a por sistemas mecânicos automatizados. Mais recentemente, Moraes Neto (1991) constatou que, especialmente após a revolução microeletrônica da segunda metade do século XX, um número crescente de contingentes humanos

vem sendo dispensados das linhas de produção. Como corolário, algumas pessoas migram para outros setores da economia, como é o caso do de serviços, enquanto a imensa maioria é direcionada para o trabalho informal ou mesmo para subcondições de graus de sociabilidade física e psicologicamente degradantes (SINGER, 2004).

É justamente em tal contexto social humanamente fragmentado que a Economia Solidária aparece.

Nas iniciativas de Economia solidária, sendo as mais conhecidas as cooperativas, a questão da autonomia é colocada de diversas formas, desde a “autonomia decisória” referente às responsabilidades de produção e de gestão até questões referentes à criação de regras em torno da organização dos processos de trabalho (CARVALHO, 2004). Aspectos relativos à gestão democrática são observados na compreensão crítica e abrangente dos processos sociais pelo próprio corpo social, operando além do formal e do burocrático e se comprometendo com o aprofundamento da participação e da composição dialógica (SALOMÃO, 2010). Características de cooperação são observadas na responsabilidade partilhada no processo produtivo, nas relações de confiança e reciprocidade e na paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais (GAIGER, 1999).

Baseando-se em pesquisas históricas, pode-se afirmar que um dos marcos para a divulgação e organização da economia solidária no Brasil foi o primeiro Fórum Social Mundial (I FSM) realizado em 2001 em Porto Alegre – RS. Este evento teve como propósito ser um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais (LEITE, 2003). Com a participação de quatro mil delegados, 16 mil participantes credenciados de 117 países, 1.870 jornalistas, além de um número desconhecido de participantes eventuais, o I FSM teve relevância significativa para o movimento de economia solidária que se constituía no país, o qual se concretizou como um dos assuntos centrais debatidos entre as 16 plenárias e as 400 oficinas realizadas (LEITE, 2003). Criado em um desses encontros, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) era representado, dentre outras entidades e organizações,

pela Fundação UNITRABALHO, pela Rede Universitária de ITCPs, pela Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT e pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB vinculada ao MST (FBES, 2013).

A criação do GT Brasileiro durante o I FSM foi primordial para o alinhamento, formalização e disseminação do saber de Economia Solidária que vinha sendo desenvolvido por seus praticantes desde a década de 90. Essa articulação entre esta diversidade de práticas até então experimentadas contribuíram para a construção da identidade do campo da Economia Solidária no Brasil e para sua formalização política por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo governo federal em 2003, a qual foi inserida no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES, 2012).

4 BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Em 1998, começaram a surgir no Brasil algumas iniciativas em finanças solidárias semelhantes à experiência do Banco Grameen (YUNUS, 2014), os então denominados Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Devido aos impactos social, ambiental, político e econômico destas experiências, o número de BCDs tem aumentado a cada ano. O primeiro deles, cuja existência se mantém até hoje e no último ano de 2014 completou 16 anos de existência, é o Banco Palmas. Localizado na periferia pobre e carente da cidade de Fortaleza-CE, o Banco Palmas é o primeiro exemplo de Banco Comunitário que atua na promoção da melhoria das condições de vida do território no qual surgiu, a partir de iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP).

Conforme metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, a gestão do Banco Comunitário é realizada pela própria comunidade - conforme o princípio da autogestão da Economia Solidária - a qual direciona suas ações para duas categorias de serviços interligados: os propriamente financeiros e os de natureza mais pedagógica que acompanham o crédito. A primeira categoria compreende o microcrédito em moeda Real (R\$) para a produção e o microcrédito para o consumo por meio da moeda social local. A segunda categoria compreende as atividades de fomento e gestão de fóruns locais, além do fomento às feiras e a outras estratégias locais de comercialização.

Nesse sentido, as principais diferenças metodológicas observadas entre a experiência do Banco Comunitário de Desenvolvimento em relação a dos bancos convencionais, bem como das instituições que trabalham com microcrédito (sociedades de crédito aos microempresários, cooperativas de crédito, Banco do Povo, bancos comerciais, etc) são: *i.* A coordenação do Banco e a gestão dos recursos são efetuadas pela própria organização comunitária; *ii.* São utilizadas linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; *iii.* A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; *iv.* São criados instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (SILVA JUNIOR, 2007).

De acordo com Passos (2007), os BCDs disponibilizam serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganizar suas economias locais, apoiando o desenvolvimento econômico e social nos territórios em que se localizam. Como consequência, podem ser classificados como um exemplo de tecnologia social, pois se apresentam como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007).

Com o desenvolvimento e consolidação dessa experiência, as práticas metodológicas dos BCDs foram disseminadas para outras localidades através do Instituto Palmas, criado em 2003 pela própria associação de moradores do conjunto Palmeiras para socializar o conhecimento socialmente construído e possibilitar sua experimentação em outros contextos (PASSOS, 2007). A partir do sucesso destas práticas, a SENAES assinou em 2006 um convênio com o Instituto Palmas objetivando replicar a metodologia dos bancos comunitários de desenvolvimento em âmbito nacional (PASSOS, 2007). Fato este que proporcionou um aumento significativo na quantidade de BCDs existentes no território brasileiro a partir de

então.

Além disso, outros órgãos públicos firmaram parcerias com o Instituto Palmas para a multiplicação de bancos comunitários de desenvolvimento em seus territórios. O próprio Governo de Estado do Ceará, por meio do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), firmou uma parceria com o Instituto Palmas em 2007, para implantar dez bancos comunitários em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (MELO NETO, 2008). Outro importante apoio para a criação de novos bancos comunitários foi o “Projeto de Apoio a Bancos Comunitários” desenvolvido em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil e o Instituto Palmas. Somando forças, o Ministério da Justiça firma parceria em 2010, para investir recursos na criação de 150 destas iniciativas em todas as regiões brasileiras (SILVA, 2011).

De acordo com o Instituto Palmas (2014), até março de 2013, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, coordenada pelo referido instituto, era composta por 103 bancos comunitários de desenvolvimento espalhados pelo território nacional, dos quais: dezesseis localizados na região Norte; cinquenta e dois na região Nordeste; dez na região Centro-Oeste e vinte e cinco na região sudeste. Desses BCDs da região sudeste: dez estão no Estado de São Paulo; três nas Minas Gerais; cinco no Rio de Janeiro e sete no Espírito Santo. A Figura 1 ilustra a distribuição dos BCDs pelo Brasil.

Figura 1 - Distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Brasil



Fonte: Instituto Palmas (2014)

Conforme a Figura 1, aproximadamente 50% do total das experiências de BCDs encontram-se na região Nordeste, 24% na região Sudeste, 16% na região Norte e 10% na região Centro-Oeste. Particularmente, observa-se que, somente no estado do Ceará, existem cerca de 36% do número do total de BCDs brasileiros (37 iniciativas, em termos absolutos), um número relativamente maior que São Paulo (10%), Bahia (8%) e Pará (8%).

Apesar desse reconhecimento da atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento pela SENAES e de a Constituição Federal⁴ reconhecer a inclusão financeira e bancária como um direito, até o presente momento, não existe ainda no Brasil um marco legal regulatório dos BCDs. Nesse sentido, desde 2007, encontra-se em tramitação o projeto de lei proposto pela deputada federal Luiza Erundina, filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). O Projeto de Lei Complementar 93/20075 estabelece a criação dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário e do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Tais regulações são primordiais para o fortalecimento e para a potencialização das ações dos BCDs, já que permitiriam o reconhecimento institucional sobre as políticas públicas da economia solidária e tornariam as experiências do gênero menos vulneráveis a conjunturas políticas (FREIRE, 2011).

Pelo fato dos Bancos Comunitários terem origens em realidades sociais muito parecidas, costumam apresentar dificuldades similares. Analisando as suas práticas, podemos observar um “padrão”, conforme descritas por Silva Junior (2007)

[...] percebemos que estas [dificuldades] são comuns a todos [os bancos comunitários analisados] e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação)

Tendo em mente esse contexto deficiente de formalização política e esse “padrão” de dificuldades, espera-se que o estudo bibliométrico proposto nesse trabalho possa contribuir para a consolidação da metodologia dos bancos

4 Ver detalhes na Constituição Federal, art. 3º e art. 23º, bem como na Lei 4595 - Capítulo II, art. 3º.

5 Detalhes do PLP 93/2007 no site <http://www.camara.gov.br>.

comunitários de desenvolvimento por meio da identificação de tendências e lacunas nos estudos desenvolvidos sobre o tema no Brasil, evidenciando gargalos estratégicos e de planejamento, potencializando o intercâmbio dessas práticas e a força que possuem em prol de um real desenvolvimento socioeconômico e de uma ciência crítica.

5 RESULTADOS E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE O TEMA BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

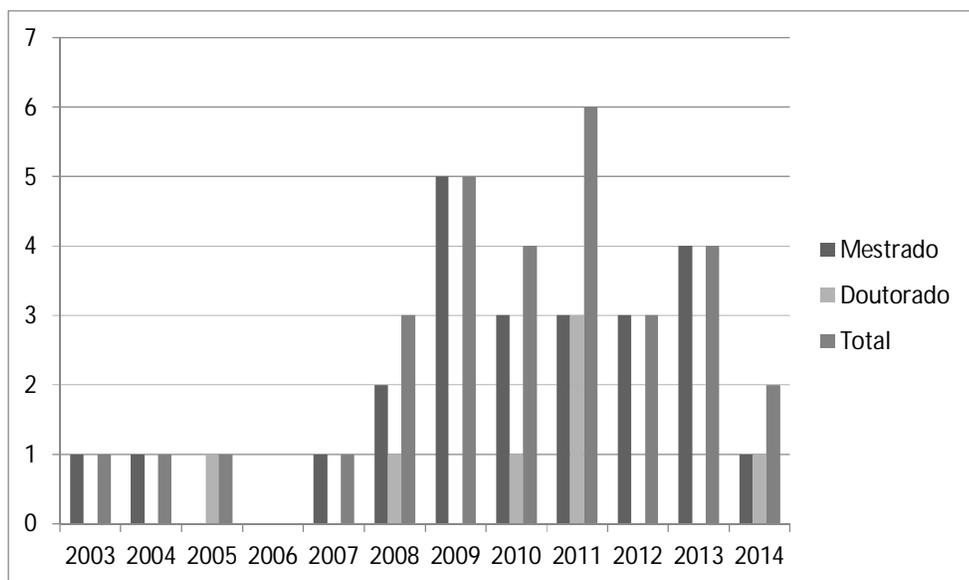
Os resultados da busca bibliométrica são apresentados na Tabela 1, na qual pode ser identificado o número de teses e dissertações no período de 2003 a 2014. Neste período, foi identificado um total de 31 publicações sendo 24 mestrados e sete doutorados. Observa-se que a primeira publicação se trata de um mestrado e ocorreu no ano de 2003. Neste período, o ano de 2011 foi o que mais apresentou publicações em termos numéricos, totalizando seis (três mestrados e três doutorados). A partir dos resultados da Tabela 1 foi construída a Figura 2 que permite observar a evolução dessas publicações no período de 2003 a 2014.

Tabela 1 - Número de teses e dissertações com a temática "Bancos Comunitários"

Ano publicação	Tipo de publicação		Total
	Mestrado	Doutorado	
2003	1	0	1
2004	1	0	1
2005	0	1	1
2006	0	0	0
2007	1	0	1
2008	2	1	3
2009	5	0	5
2010	3	1	4
2011	3	3	6
2012	3	0	3
2013	4	0	4
2014	1	1	2
TOTAL	24	7	31

Fonte: Autores

Figura 2 - Evolução das publicações sobre o tema Bancos Comunitários no período de 2003 a 2014



Fonte: Autores

As Instituições ou Universidades onde foram publicadas estas dissertações/teses no período de 2003 a 2014 podem ser identificadas a seguir.

Tabela 2 - Instituições/Universidades em ordem decrescente de dissertações/teses publicadas no período de 2003 a 2014

Instituição / Universidade	Nº de publicações
Universidade Federal da Bahia	06
Universidade de São Paulo	03
Universidade Federal do Ceará	03
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	02
Fundação Getúlio Vargas	02
Universidade Federal de São Carlos	02
Universidade Federal da Paraíba	02
Universidade Estadual do Ceará	01
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01
Universidade Estadual de Montes Claros	01
Universidade Federal Rural de Pernambuco	01
Universidade Católica Dom Bosco	01
Universidade de Brasília	01
Universidade Estadual de Campinas	01
Universidade do Porto	01
Universidade de Fortaleza	01
Centro Universitário de Araraquara	01
Universidade do Estado de Santa Catarina	01

TOTAL	31
--------------	----

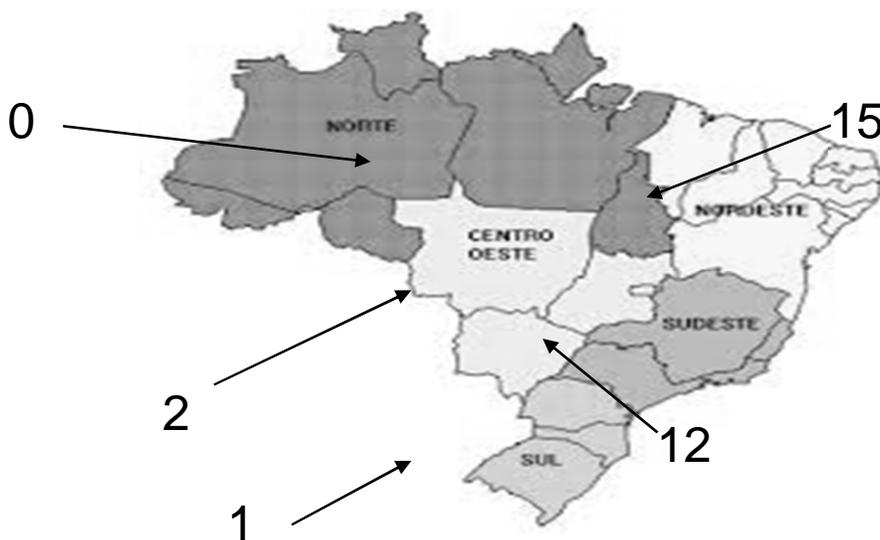
Fonte: Autores.

Na Tabela 2, observa-se que a Universidade Federal da Bahia é a instituição com maior número de publicações. A Figura 3 apresenta a distribuição do número de

Programa de pós-graduação	Nº de publicações
----------------------------------	--------------------------

publicações de mestrado/doutorado na temática Bancos Comunitários, por região geográfica brasileira, no período de 2003 a 2014.

Figura 3 - Distribuição do número de publicações de mestrado/doutorado na temática Bancos Comunitários por região geográfica brasileira, no período de 2003 a 2014



Fonte: Autores.

De acordo com a Figura 3, cerca de 86% das publicações de mestrado e doutorado na temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocorrem na região Nordeste (48%) e na Região Sudeste (38%) do Brasil, acompanhando a tendência da distribuição dos BCDs pelo Brasil (aproximadamente 50% do total das experiências de BCDs encontram-se na região Nordeste e 24% na região Sudeste).

Já a Tabela 3 apresenta os programas de pós-graduação relacionados às publicações dos pesquisadores em ordem decrescente de número de dissertações/teses na temática “Bancos Comunitários”, no período de 2003 a 2014.

Administração	12
Sociologia	02
Gestão em organizações aprendentes	02
Políticas públicas e sociedade	01
Ciências econômicas	01
Desenvolvimento social	01
Administração e desenvolvimento rural	01
Avaliação de políticas públicas	01
Administração pública e governo	01
Desenvolvimento local	01
Educação brasileira	01
Direito, estado e constituição	01
Desenvolvimento econômico	01
Economia e gestão do ambiente	01
Integração da América Latina	01
Desenvolvimento regional e meio ambiente	01
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	01
Engenharia urbana	01
TOTAL	31

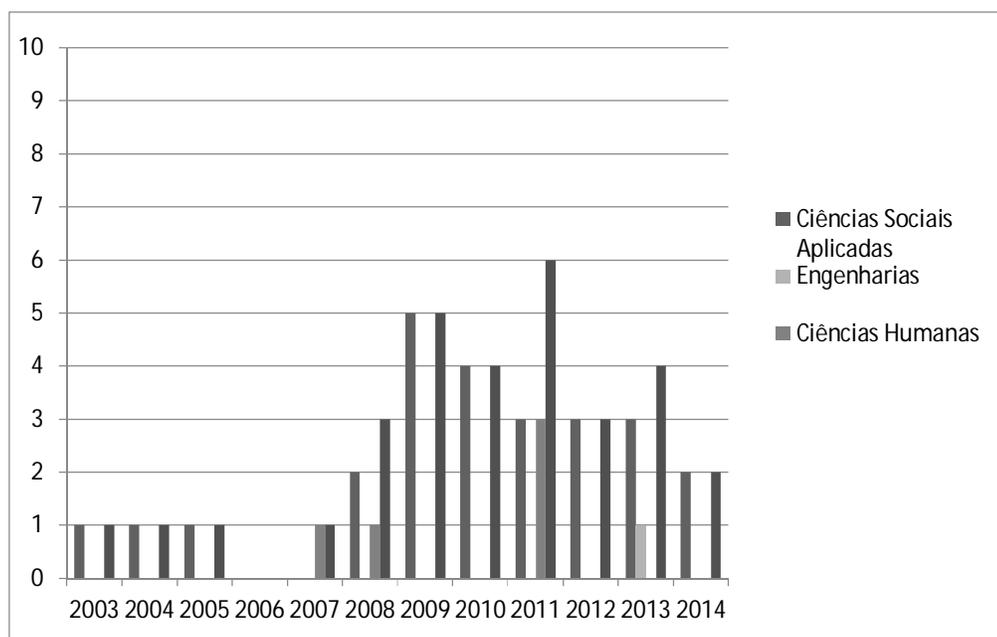
Tabela 3 - Programas de pós-graduação relacionados às publicações dos pesquisadores em ordem decrescente de número de dissertações/teses na temática Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014

Fonte: Autores.

Ao analisar estes resultados da Tabela 3, observa-se uma diversidade de cursos de pós-graduação cujos estudantes/professores estão empenhados em produzir conhecimento na temática de Bancos Comunitários, cursos como Administração, Sociologia e Gestão são os que mais concentram esta produção. No entanto, observam-se também cursos como Engenharia Urbana, Integração da América Latina, Educação Brasileira, etc., que também estão contribuindo para a disseminação do conhecimento na temática de Bancos Comunitários. Observa-se também que os programas de pós-graduação em Administração são os que concentram o maior número de publicações em mestrado e doutorado no Brasil.

Baseando-se na classificação em áreas do conhecimento - Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas - pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), a Figura 4 apresenta a evolução nas publicações por área de conhecimento do CNPq de dissertações/teses sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014.

Figura 4 - Evolução nas publicações por grande área de dissertações/teses sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014



Fonte: Autores.

Observa-se, pela Figura 4, que as áreas de conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas concentram 97% das dissertações/teses sobre BCDs, sendo que a área de Ciências Sociais Aplicadas responde por 83% do total. As Engenharias contribuíram com apenas uma publicação, enquanto as outras áreas do conhecimento não apresentaram qualquer estudo. A Tabela 4 apresenta os temas abordados pelas publicações dos pesquisadores em ordem decrescente de número de dissertações/teses sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014.

Tabela 4 - Temas abordados pelas publicações no período de 2003 a 2014

Palavras-chave	Nº de publicações
Economia Solidária (socioeconomia solidária)	18
Banco Palmas	11
Microcrédito	07
Desenvolvimento local	05
Finanças solidárias	04
Desenvolvimento (humano) sustentável	03
Moeda social	03
Inclusão financeira	02
Emancipação	02
Crediamigo	02
Comunidade	02
Engenharia Urbana	01
Planejamento urbano	01
Tecnologias sociais	01
Organização comunitária	01
Trabalho solidário	01
Políticas públicas	01
Redes locais de economia solidária	01
Movimento de moradia	01
Economia plural	01
Banco de crédito popular	01
Economia	01
Autogestão	01
Movimentos dos sem-terra	01
Assentamento rural	01
Cooperativismo	01
Correspondente bancário	01
Tecnologia bancária	01
Modelos de gestão de redes	01
Sociedade Civil	01
Produção e reprodução da força de trabalho	01
Redes de relações sociais	01
Movimentos sociais	01
Participação social	01
Solidariedade	01
Associação de moradores	01
Educação	01
Regulação	01
Gestão	01
Associativismo	01
Empreendimento solidário	01
Redes	01
Incubação	01
Empreendedorismo	01
Cidade	01
Trabalho	01
Mutirão	01
Direito constitucional e economia social	01
Banco Central e Economia Solidária	01
Economia - aspecto sociológicos	01
Sustentabilidade	01
Gênero	01
Agente de crédito (papel profissional)	01
Pobreza	01
Empoderamento	01
Redes sociais	01
Capital social	01
Redes de cooperação	01
Gestão social comunitária	01
Família	01

Fonte: Autores.

Os cinco temas mais abordados pelas publicações sobre Bancos Comunitários, no período de 2003 a 2014, foram: Economia Solidária; Banco Palmas; Microcrédito; Desenvolvimento Local e Finanças Solidárias. Tais temas estiveram presentes em mais de 10% dissertações/teses analisadas.

Detendo-se aos resultados obtidos e buscando explicá-los numa perspectiva mais geral, o início das publicações de mestrado em 2003 e doutorado em 2005 pode ser interpretado como influência da maior visibilidade que os bancos comunitários de desenvolvimento tiveram após o I Fórum Social Mundial realizado no ano de 2001 em Porto Alegre (RS). Já os picos nas publicações de mestrado em 2009 e de doutorado em 2011 podem também ser decorrentes da maior visibilidade que os bancos comunitários de desenvolvimento tiveram após alguns acontecimentos políticos a partir de 2007: Projeto de Lei Complementar 93/2007 (Luíza Erundina – PSB); Instituto Palmas firmando parcerias com o Governo do Estado do Ceará, Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Emprego por meio da SENAES.

Em estudo semelhante empregando o termo Economia Solidária (período de 1998 a 2009), conforme Oliveira e Zanin (2011), foi constatado um aumento significativo das publicações de mestrado e doutorado a partir de 2002, saltando de quatro (em 2001 e 2000) para sete. Já nos anos seguintes, houve um aumento mais significativo, atingindo, por exemplo, 54 em 2008 e 55 em 2009. A temática da economia solidária está relacionada a dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento já que estes são orientados pelos princípios daquela economia. Essa mesma tendência foi observada nos estudos sobre BCDs, tendo um aumento significativo entre os anos de 2008 e 2011: o ano de 2011 foi o ano em que se deu o maior pico de dissertações/teses produzidas (6 publicações), mas o ano de 2009 teve o segundo maior pico e muito próximo ao número do ano de 2011 (5 publicações).

A tendência de publicações oriundas de universidades localizadas na região nordeste do Brasil pode estar relacionada à presença nessa região do primeiro banco comunitário do Brasil, o Banco Palmas. A partir dessa experiência, diversos outros bancos comunitários de desenvolvimento foram replicados. Devido às proximidades logísticas e às condições mais carentes na região Nordeste, existem atualmente 52 BCDs, ou seja, aproximadamente 50% do total implantado no Brasil

(INSTITUTO PALMAS, 2014). Este resultado também pode estar associado às primeiras Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas nas Universidades do Brasil ao final da década de 90, nas quais se incluem as do Estado do Ceará e Bahia (VECCHIA et al., 2011).

As regiões brasileiras destacadamente mais engajadas tanto nas experiências práticas quanto nas de pesquisa são as Nordeste (52 BCDs – 15 instituições/universidades) e Sudeste (25 BCDs – 12 instituições/universidades).

A tendência de publicações oriundas de programas de pós-graduação voltados às discussões nas esferas políticas, econômicas e administrativas pode ser um reflexo da luta política que as experimentações desenvolvidas no âmbito da economia solidária fomentaram nos últimos anos. A busca pelo reconhecimento destas práticas tem mobilizado sujeitos envolvidos com o meio acadêmico e, conseqüentemente, direcionado esforços para seu fortalecimento por meio de discussões conceituais, exposição de indicadores e proposições de políticas públicas.

Ficaram evidenciadas lacunas nas várias áreas do conhecimento em estudos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, com presença hegemônica das Ciências Sociais Aplicadas, seguida pelas Ciências Humanas. Ainda que presente, a área de Engenharias contribuiu relativamente pouco para o desenvolvimento de pesquisa sobre os BCDs, com apenas uma publicação (ano de 2013) em um período de 10 anos.

O aumento no número de publicações a partir de 2009 (e os indicadores positivos que apresentaram) pode ter contribuído para argumentar a importância de tais experiências na promoção de qualidade de vida e, provavelmente, para o aumento no número de parcerias firmadas entre o Instituto Palmas e diferentes organismos, destacando em âmbito nacional os públicos (ministérios, governos estaduais).

6 APONTAMENTOS FINAIS E CONCLUSÃO

A partir da análise dos resultados podem ser feitos alguns apontamentos sobre o **papel das Universidades, contribuição de outras áreas de conhecimento e temas relacionados com os Bancos Comunitários**, como:

- **Papel das universidades:** a importância na promoção para a formulação de políticas públicas, fortalecendo as práticas de economia solidária por meio dos estudos metodológicos, dos indicadores levantados e da divulgação de temas de significância social e práticas há décadas experimentadas, entretanto enfraquecidas politicamente;

- **Contribuição de outras áreas de conhecimento:** necessidade de existirem paralelamente a estas discussões teóricas e políticas outras discussões táticas e estratégicas, de forma a balancear o desenvolvimento dessas experiências, consolidando-as por meio da articulação entre distintas áreas de conhecimento, alimentando-as através de diversos canais, como no caso das Engenharias (por exemplo, Engenharia Econômica e Finanças, Engenharia do Trabalho, Engenharia de Processos, etc.), Ciências Exatas e da Terra (por exemplo, Educação Matemática e Matemática Financeira) e Ciências da Saúde (por exemplo, estudo dos aspectos fisiológicos, psiquiátricos e comportamentais do trabalho em BCDs);

- **Ênfase em outros temas:** o estudo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento apresenta-se centrado em aspectos referentes à Economia Solidária e finanças solidárias. Faltam aprofundar estudos em relação a outros aspectos que aparecem nas relações de trabalho cooperado nos BCDs: questões de gênero, aprendizagem de ferramentas de gestão financeira, metodologias para formação de redes e parcerias, desenvolvimento cognitivo e saúde mental, dentre outros.

Como se trata de um fenômeno recente de expansão da rede de Bancos Comunitários pelo Brasil, as Universidades ainda não conseguiram explorar as várias possibilidades e potencialidades de pesquisa que os BCDs propiciariam. A partir desse estudo, pode-se observar uma concentração relativa de dissertações/teses nas regiões Nordeste e Sudeste, acompanhando o crescimento de experiências dos Bancos Comunitários. Por outro lado, apesar de possuir o terceiro número de experiências de BCDs, a região Norte não possui programas de pós-graduação produzindo dissertações/teses no estudo dos BCDs da referida região, o que configura uma lacuna importante, por exemplo, como as ações dos BCDs na região Norte dialogam com as questões da preservação e conservação da Floresta Amazônica. No que se refere às áreas do conhecimento, há espaço para que outras áreas diferentes das Ciências Sociais Aplicadas possam contribuir para o

fortalecimento dos BCDs. Por fim, há também grandes potencialidades de ampliação nos temas de pesquisa sobre os Bancos Comunitários, para além dos temas já frequentes, tais como Economia Solidária, Banco Palmas, Microcrédito, Desenvolvimento Local e Finanças Solidárias, permitindo enriquecer qualitativamente a produção científica sobre BCDs.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. A. A. e TRAJANO, A. R. C. Economia Solidária e Processos Psicossociais: autogestão, autonomia e solidariedade em construção. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004. Coimbra, Portugal. **Anais...** Coimbra, Portugal, 2004.

CORTEGOSO, A. L.; ZANIN, M.; CRUZ, F.; SHIMBO, I. Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil - un estudio de casos. **Revista de Estudios Cooperativos**, n. 106, p. 74-94, 2011.

FBES. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 30 nov. 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. Moedas sociais e territórios na experiência dos Bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28, 2011. Recife, PE. **Anais...** Recife, PE, 2011.

FREIRE, M. V. **Moedas Sociais** - contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GAIGER, Luis I. Significados e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**, 1999.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**.

Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancoscomunitarios/>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e cidadania: tecnologia social**. São Paulo: ITS, 2007.

LAVILLE, Jean L. Fato associativo e economia solidária. **BAHIA: análise e dados**, Salvador, v. 12, n.1, p.25-33, jun. 2002.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro et all.. Dicionário Internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009, p. 162- 168.
LEITE, J. C. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO NETO, Joaquim J.; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade.** Fortaleza: Arte visual. 2007.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, I. P. **Processo de Implantação e Institucionalização da Política Pública de Economia Solidária no Município de São Carlos.** 2012. Monografia (Especialização em Gestão Pública e Sociedade). Convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins com interveniência da UFT e parceria do GAPI-UNICAMP. 2012.

OLIVEIRA, M. C. S. B. **Conversão do conhecimento: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária.** 2012. Dissertação (Mestrado em CTS) - UFSCar. São Carlos-SP. 2012.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; ZANIN, M. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 1, 2011. São Carlos , SP, **Anais...** São Carlos, SP 2011.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA. 2007.

SALOMÃO, S. **Intenções e gestos da política pública de economia solidária na afirmação dos direitos sociais: um estudo de caso,** 81 f, 2010, -- São Carlos : UFSCar, 2010.

SENAES. **Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010.** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 2012.

SILVA JUNIOR, Jeová T. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12, 2006. Salvador, Bahia. **Anais...**, Salvador, Bahia , 2006.

SILVA JUNIOR, Jeová T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. In:

Conferência Regional de ISTR para a América Latina y el Caribe, 11., 2007. Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, Bahia, 2007.

SILVA, E. L. e MENEZES. E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Diálogo**, Canoas – RS, n. 18, p. 53 – 76, jan – jun 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.. In: SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Org. de S. 2002 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P.81-129.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, 2004.

VECCHIA, R et al. A Rede de ITCPs - Passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Diálogo**, Canoas-RS, n. 18, p. 115-144, jan./jun. 2011.

YUNUS, Mohamed. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2014.

ZANIN, Maria et al. Constituição de Rede de Colaboração entre Empreendimentos Econômicos Solidários para Promoção de Desenvolvimento Territorial no Município de São Carlos/SP. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11, 2011. Salvador, BA. **Anais...** Salvador, BA , 2011.